

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Solidariedade e individualismo no empoderamento por pequenos produtores.. Empreendimento econômico solidário agroindustrial no Vale do Jequitinhonha,. Minas Gerais, Brasil.

Silva, Daniel Ferreira da, Fraga, Erica Verdolin, Oliveira, Silvia Freire de, Rocha, Geovane Assis, Bonfá, Caroline Salezzi, Silva, Diego Mathias Natal da, Quaresma, Mateus Augusto Lima y Castro, Rodrigo Dugulin de.

Cita:

Silva, Daniel Ferreira da, Fraga, Erica Verdolin, Oliveira, Silvia Freire de, Rocha, Geovane Assis, Bonfá, Caroline Salezzi, Silva, Diego Mathias Natal da, Quaresma, Mateus Augusto Lima y Castro, Rodrigo Dugulin de (2009). *Solidariedade e individualismo no empoderamento por pequenos produtores.. Empreendimento econômico solidário agroindustrial no Vale do Jequitinhonha,. Minas Gerais, Brasil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1466>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Solidariedade e individualismo no empoderamento por pequenos produtores.

Empreendimento econômico solidário agroindustrial no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil

SILVA, Daniel Ferreira da

Professor de Sociologia e Associativismo Rural,

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,

UFVJM

daniel@ufvjm.edu.br

FRAGA, Erica Verdolin; OLIVEIRA, Silvia Freire de;

ROCHA, Geovane Assis; BONFÁ, Caroline Salezzi;

SILVA, Diego Mathias Natal da; QUARESMA, Mateus Augusto Lima;

CASTRO, Rodrigo Dugulin de

Discentes da UFRVJM

RESUMO

A gestão de empreendimentos econômicos solidários mostra-se como uma ferramenta para a gestão de pessoas em organizações produtivas no meio rural. Este modelo trabalha na perspectiva do ser humano como sujeito, onde os princípios da economia solidária tornam-se instrumento para a definição de prioridades e elaboração de um plano de trabalho que enfatize a sustentabilidade dos empreendimentos. O objetivo do trabalho é elucidar a forma de articulação e organização para a superação da lógica da Ação Coletiva do Grupo de Fruticultoras de Maria Nunes na perspectiva do trabalho coletivo. O grupo se localiza na comunidade rural de Maria Nunes, no município de

Diamantina, estado de Minas Gerais, Brasil. A unidade de análise é formada por 27 famílias de pequenos produtores que trabalham coletivamente numa área de 25 hectares, na qual somente quatro hectares são utilizados. No local encontra-se uma agroindústria de processamento de polpas que, apesar de equipada, ainda não funciona. A justificativa para o estudo respalda-se no levantamento de informações referente aos entraves e potencialidades na gestão de trabalhadores em empreendimentos agroindustriais de forma coletiva. Observa-se que o efeito do modo de organização do trabalho neste empreendimento tem forte influência na origem histórica da comunidade, que se organizava individualmente explorando jazidas de ouro e diamante na região. Contudo, devido às legislações ambientais brasileiras e ao esgotamento destas áreas de garimpo, iniciou-se um processo de reordenamento social com o êxodo rural, diminuindo conseqüentemente a renda da comunidade. Avanços foram realizados, pela organização não-governamental Projeto Caminhando Juntos (PROCAJ) e pelo apoio de organizações governamentais como a prefeitura, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG) e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários vinculada à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O trabalho voltou-se para análise do grupo a partir de um referencial teórico que repousa sobre a perspectiva das correntes de estudo da ação coletiva, tragédia dos comuns e capital social, seguida do levantamento das teorias sobre o associativismo rural e da comercialização utilizada. Pelos dados observou-se que a relação entre os associados e agentes externos tende para dois lados: para o atendimento das exigências do mercado e para a superação da lógica da ação coletiva.

INTRODUÇÃO

O Planejamento das ações dos empreendimentos econômicos solidários mostra-se como uma ferramenta para a gestão de pessoas em organizações produtivas no meio rural a partir da articulação de grupos produtivos fundamentados nos princípios da economia popular solidária. Assumindo o enfoque do trabalho tendo a perspectiva do ser humano como sujeito do processo, onde os princípios da autogestão, cooperativismo e solidariedade tornam-se instrumentos para a definição de prioridades e elaboração de um plano de trabalho que enfatize a sustentabilidade dos empreendimentos. A partir deste enfoque o presente trabalho, vislumbra descrever a experiência de um grupo de 27 famílias de fruticultoras da comunidade de Maria Nunes, localizada no município de Diamantina, na região do Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, Brasil, onde as mesmas trabalham na forma coletiva na produção de abacaxi e maracujá no entorno de uma agroindústria de processamento de frutas. Assim, o trabalho propõe, além de evidenciar o funcionamento do grupo, explicitar como o mesmo se articula e se organiza para superar a lógica da ação coletiva.

OBJETIVOS

O objetivo do trabalho é elucidar a forma de articulação e organização para a superação da lógica da Ação Coletiva do Grupo de Fruticultoras de Maria Nunes na perspectiva do trabalho coletivo.

JUSTIFICATIVA

A justificativa para o trabalho é evidenciar como um grupo de fruticultoras tem atuado para superar problemas em sua organização, pois, apesar de estarem constituídos como um grupo informal há oito anos, o mesmo ainda tem dificuldades de gerenciar de forma coletiva o empreendimento agroindustrial no qual fazem parte. Uma vez que, o grupo trabalha, na forma coletiva, em uma área de pomar de 3,66 hectares de abacaxi e 0,5 hectares de abacaxi em consórcio com maracujá a oito anos, desde a construção da agroindústria de processamento de polpas de frutas a três anos, os mesmos não conseguiram colocar esta, até a presente data para funcionar. Assim, a proposta do trabalho respalda-se no levantamento de informações referentes aos entraves e potencialidades na gestão deste empreendimento coletivo, além da análise da forma encontrada pelos parceiros junto com o grupo para dinamizar o processo gerencial a partir da criação de comissões de trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise do grupo de fruticultoras de Maria Nunes, a partir de um referencial teórico que repousa sobre a perspectiva das correntes de estudo da ação coletiva, tragédia dos comuns e do capital social, tornam-se de extrema valia, pois possibilita analisar como o grupo vem se articulando e se organizando para superar a lógica da Ação Coletiva. (ALMEIDA *et. al*, 2008), a partir do qual se espera que os grupos de indivíduos com interesses comuns ajam por esses interesses tanto quanto se espera que os indivíduos isoladamente ajam por seus interesses pessoais. Contudo, quando isso não ocorre, entramos na lógica da Ação Coletiva descrita por Olson (1999), onde o autor vislumbra que os indivíduos não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns e grupais devido a diversos fatores, como: deserções por autointeresse e diferenças internas no grupo (sociais, econômicas e produtivas), além da acomodação de membros dos grupos frente a novos desafios.

Logo, a ação coletiva é aquela que tange a busca da realização de interesses comuns por mais de uma pessoa. Assim, Olson (1999) afirma que, quando se está em pauta um bem público, vale dizer, um benefício caracterizado pela impossibilidade de discriminação entre aqueles que contribuíram para o provimento do mesmo daqueles que não o fizeram, o membro racional, em determinados casos, pode preferir não contribuir para a consecução do bem grupal.

Do ponto de vista da racionalidade coletiva, todos ganhariam caso houvesse uma cooperação integral. Porém, de acordo com a racionalidade individual, a deserção não deixa de ser a estratégia que proporciona a recompensa mais vantajosa a cada ator, independentemente dos outros membros do grupo cooperarem ou deixarem de cooperar. (OLSON, 1999).

De acordo com Olson (1999), os esforços de um membro altamente interessado na provisão do bem e disposto a arcar por conta própria com os custos iniciais da ação coletiva; os incentivos para que os demais membros do grupo contribuam com a produção de unidades adicionais do benefício coletivo tornam-se cada vez mais reduzidos, alcançando um ponto de saturação no qual a deserção se configura em uma estratégia irresistível, o que tendencia ao grupo trabalhar dentro de uma perspectiva abaixo do nível ótimo de ação.

Assim, temos explícito uma segunda questão da análise de Olson (1999), onde o grupo não possui nenhum membro com interesse em promover, por sua própria conta, o benefício coletivo de maneira integral ou simplesmente de forma parcial, uma vez que nenhum ator desfrutaria de uma parcela tão grande do bem público que lhe compensasse arcar com todos os custos envolvidos na ação coletiva. Porém, a contribuição ou a falta da mesma de um ou mais membros, nessas situações, pode exercer um efeito perceptível sobre a produção do benefício coletivo, fazendo com que uma pessoa acomodada em potencial raciocine que sua recusa em contribuir com o grupo traria conseqüências nefastas para ele próprio. Neste caso, de acordo com Olson, o resultado da ação coletiva é incerto, pois, “no grupo intermediário (...), onde dois ou mais membros devem agir simultaneamente para que um benefício coletivo possa ser obtido, deve haver ao menos uma coordenação ou organização tácita”. (Olson, 1999, p.59).

No caso que se refere à tragédia dos comuns, esta é um tipo de armadilha social frequentemente econômica, que envolve um conflito entre interesses individuais e o bem comum no uso de recursos finitos. Segundo Hardin (1968), esta teoria declara que o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito terminam por condenar estruturalmente o recurso por conta de sua super-exploração.

Assim, Hardin (1968) descreve que o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito terminam por condenar estruturalmente o recurso por meio da super-exploração. Isto ocorre porque os benefícios da exploração aumentam para indivíduos ou grupos, onde cada um dos quais é motivado a maximizar o uso dos recursos até o ponto no qual se tornam dependentes dele, enquanto os custos da exploração são distribuídos entre todos aqueles para os quais o recurso está disponível.

A partir desta perspectiva da análise do indivíduo é que encontramos respaldo para entender a importância da análise das organizações e dos próprios membros destas a partir da definição para capital social de acordo com Robert Putnam (2002), sendo estas constituídas por redes, organizações civis e pela confiança compartilhada entre as pessoas, fruto de sua própria interação social. Logo, o capital social expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade em estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos.

Portanto, segundo D'Araújo (2003) o Capital Social é a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum. Conseqüentemente, o fortalecimento destas redes nas organizações desonera os negócios, agiliza operações e produz resultados mais rápidos, uma vez que o Capital Social está definido por três fatores interrelacionados: confiança, normas e participação civil.

MATERIAL E MÉTODOS

A unidade de análise do presente trabalho é o grupo de fruticultoras localizado na comunidade rural de Maria Nunes, no município de Diamantina, região do Vale do Jequitinhonha, estado de Minas Gerais, Brasil. Logo, esta unidade de análise é formada por 27 famílias de pequenos produtores que trabalham coletivamente numa área de 25 hectares, na qual somente 3,66 hectares são utilizados no plantio da matéria-prima.

Para o aprofundamento da análise da realidade, utilizou-se o método de pesquisa descritiva segundo Marconi e Lakatos (2003); e para o levantamento das fontes primárias, utilizou-se o Diagnóstico Rural Participativo segundo Pereira e Little (2000). Em maio de 2006, utilizou-se a técnica de diagnóstico conhecida como FOFA, responsável pelo levantamento das informações relevantes para o entendimento das Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, permitindo o reconhecimento das potencialidades e entraves internos e externos que atuam sobre o grupo. Além da presente técnica, identificou-se as formas de composição das comissões de trabalho, por meio de um levantamento junto às Atas das reuniões, para o reordenamento das ações do grupo de fruticultoras.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Observa-se que o efeito do modo de organização do trabalho neste empreendimento tem forte influência na origem histórica da comunidade, onde as pessoas agiam individualmente explorando jazidas de ouro e diamante na região. Contudo, devido às legislações ambientais brasileiras recentes e ao esgotamento destas áreas de garimpo, iniciou-se um processo de reordenamento social, decorrendo no êxodo rural, além da diminuição gradativa da renda na comunidade.

Em 2001, membros destas comunidades ligados a um projeto de inclusão social gerido por uma organização não-governamental, intitulada Projeto Caminhando Juntos – PROCAJ –, que em parceria com Fundo Cristão para Crianças, no sistema de apadrinhamento de famílias carentes, criaram um grupo de horticultoras vinculado a uma creche, que tinha por finalidade melhorar a qualidade da alimentação das crianças e das famílias, além de fortalecer o espírito de união do grupo de mulheres.

A partir desta articulação e com o apoio do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER-MG –, órgão governamental, o presente grupo decidiu ampliar o empreendimento coletivo para um pomar de frutíferas, onde o Abacaxi foi escolhido como carro chefe da iniciativa. A cultura do Abacaxi foi escolhida por se tratar de uma cultura resistente a períodos de escassez de água latentes na região, também por gerar bastante trabalho e renda. Para tanto, a Associação comunitária de Maria Nunes cedeu uma área de 25 hectares para que o grupo de 27 mulheres realizasse tal empreitada.

Após cinco anos de trabalho, o grupo de mulheres encaminhou, com o apoio técnico e social do PROCAJ, um projeto de expansão do cultivo de abacaxi, além da inclusão de outras culturas como o Maracujá e a Acerola em conjunto com a construção de uma agroindústria de processamento de polpa de frutas, com o objetivo de agregar valor à produção das frutíferas *in natura*.

O que se observa é que, a partir da interação entre o grupo e os parceiros, avanços foram realizados em conjunto com a organização não-governamental PROCAJ e pelo apoio de organizações governamentais como a prefeitura, a EMATER-MG e, recentemente, pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários vinculada a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –.

Contudo, o que se analisa de tal parceria é que, mesmo com toda esta articulação, o grupo de fruticultoras ainda não alcançou a autonomia financeira e de gestão do empreendimento, até mesmo no que se refere à condução do cultivo das frutíferas e da utilização mais eficiente dos recursos humanos, materiais e ambientais existentes na região.

A fim de superar estes entraves, o grupo se organizou para aumentar o controle do processo de auto-gestão na forma de comissões de trabalho, onde o mesmo foi dividido em quatro sub-comissões, sendo elas: Comissão de Produção da Matéria Prima; Processamento; Comercialização e Administração e setor Jurídico. As responsabilidades da Comissão de Produção são: produção de mudas; preparo do solo e adubação; controle de doenças e pragas; e colheita. As responsabilidades da Comissão de Processamento são: controlar a higiene, mantendo os padrões aceitáveis; seleção dos frutos; lavagem e desinfecção; descascamento; fatiamento; despolpar e/ou secar o fruto; embalar e selar; e Armazenamento. As responsabilidades da Comissão de Comercialização são: realizar pesquisa de mercado; propaganda; transporte; e Venda por consignação, venda direta ou por contrato. As responsabilidades da Comissão de Administração e Setor Jurídico são: buscar a regularização do terreno do grupo por meio de comodato; Estatuto e Regimento Interno; Registro da Agroindústria e dos produtos; cronograma de trabalho; planejamento; acompanhamento do trabalho; avaliação; e Controle financeiro.

Em seguida a partir da análise do método de Diagnóstico Rural Participativo conhecido como FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) do grupo, constatou-se as seguintes questões:

Fortalezas do Grupo: Seguir corretamente as orientações técnicas da EMATER-MG; Grupo unido e cumprindo os compromissos acordados; Trabalho realizado em equipe; Cuidar do plantio em tempo certo; União das comissões; Acompanhamento dos gastos; Comunicação entre o grupo; Trabalho, esperança e certeza de bons resultados; Treinamento das equipes técnicas; Reuniões entre as próprias comissões; e Parceiros.

Oportunidades do Grupo: Cuidar das plantas no tempo certo; Geração de emprego e renda; Capacitação; Intercâmbios; Cursos através de outras instituições; e Retorno de no mínimo um salário mínimo.

Fraquezas do Grupo: Falta de Orientação; Falta de Matéria Prima; Falta de união; Falta de participação e organização do grupo; Falta de responsabilidade; Falta de compromisso de alguns

membros das comissões envolvidos; Falta de capacitação e integração total no que foi feito; Falta de conhecimento do mercado; Baixo grau de escolaridade dos beneficiários; Dificuldades nos meios de contato; Formas de comprar outros produtos; e Não saber como calcular o valor de cada abacaxi.

Ameaças do Grupo: Água não tratada; Falta de compromisso; Não tem higiene; Pragas; Falta de água; Falta de transporte; Falta de comércio; Produtos contaminados com fungos; e Maus encaminhamentos nos negócios.

CONCLUSÃO

Pelos dados analisados observou-se que a preocupação e a relação entre os associados e parceiros tende para dois lados: para o atendimento das exigências do mercado e para a superação da lógica da ação coletiva. Para a superação desta lógica o grupo tem identificado os entraves e as potencialidades para superar as questões-chaves para a promoção e desenvolvimento do grupo, como a organização interna, comercialização, formalização do grupo e a busca da independência financeira. Assim, com o apoio dos parceiros, o grupo vem conseguindo superar os entraves e enaltecer as potencialidades a partir de um reordenamento das ações a partir do reconhecimento dos seus entraves e potencialidades.

Referencial teórico

- ALMEIDA, Marcílio Alisson Fonseca; SILVA, Daniel Ferreira da; OLIVEIRA, Margarida Maria Nascimento Figueiredo de; SILVA, C. T.; OLIVEIRA, Carlos Henrique de; OLIVEIRA, Cyntia Meireles de. Ação coletiva no processo de organização de empreendimentos econômicos popular solidários no Alto Vale do Jequitinhonha. In: **4º Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural**, 2008, Londrina: Anais do 4º Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2008.
- D' ARAÚJO, Maria Celina. **Capital Social**. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 2003.
- HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. In: **Science**, vol. 162, No. 3859, 1968. pp1243-1248.
- OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: ed. da USP, 1999.
- PEREIRA, J. R. & LITTLE, P. A. **DRPE - Diagnóstico Rural Participativo Emancipador**: A base para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da Reforma Agrária. Viçosa: UFV, 2000. (mimeo)
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002